

EVOLUÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA: MESTRADO PROFISSIONAL, EPISTEMOLOGIA E CORRENTE POSITIVISTA¹

Ronaldo dos Reis Barbosa²

<https://orcid.org/0000-0001-5490-3641>

Universidade UNIUBE, Brasil

ronaldo.barbosa@ifmg.edu.br

Sarah Rachel Gonczarowska Vellozo³

<https://orcid.org/0000-0003-0774-905X>

Universidade UNIUBE, Brasil

sarahrgvellozo@gmail.com

Bolsista da CAPES/PROSUP/TAXA

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar a evolução histórica da pós-graduação no Brasil, visando a implantação e ao desenvolvimento do mestrado profissional.

Para isso, inicialmente, tratar-se-á da origem histórica da pós-graduação mundial, mostrando etapas iniciais da implantação e a importân-

¹DOI - 10.29388/978-65-81417-97-0-0-f.193-214

² Aluno do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Uberaba (UNIUBE), (2021-2025), com apoio financeiro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Campus Bambuí.

³ Aluna bolsista do Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade de Uberaba (UNIUBE), (2021-2024). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES). Código de Financiamento 001.

cia americana neste contexto, tanto na implantação dos cursos quanto na formação e treinamentos de pesquisadores, com destaque para a comunidade científica brasileira. Conforme mencionado por Sánchez-Gamboa (2018), a investigação na educação brasileira se consolidou a partir da década de 1970, com a criação dos cursos de pós-graduação seguindo um padrão nos moldes americanos. Na sequência, destacamos a importância da pós-graduação no sentido de formação do pesquisador e do conhecimento, considerando os fundamentos ontológicos e epistemológicos, bem como a influência da corrente positivista na formação e caracterização da educação brasileira.

Na análise de Silva e Sánchez-Gamboa (2014), a pesquisa científica vai além de uma simples atividade do pesquisador - requer conhecimento sobre o tema e organização das etapas para que tenha êxito no planejamento estabelecido, objetivando ir ao encontro de possíveis respostas ainda não explicadas pela ciência em determinada área do conhecimento.

O sistema de cursos de pós-graduação se impõe e se difunde em todos os países como consequência natural do extraordinário progresso do saber em todos os setores, visando ao desenvolvimento do conhecimento e das técnicas de pesquisa. O mercado de trabalho encontra-se cada vez mais complexo e competitivo e a pós-graduação tem como finalidade a formação de pesquisadores e docentes para os cursos superiores. A conclusão do curso de graduação deixou de ser um diferencial e uma garantia para se conseguir um bom emprego. Atualmente, uma das formas de se destacar é por meio da pós-graduação que, além de inserir o indivíduo no universo da pesquisa, possibilitando um diferencial valorizado em sua carreira, postula a ascensão a cargos melhores e, sobretudo, a melhorias nas remunerações.

ORIGENS HISTÓRICAS DA PÓS-GRADUAÇÃO MUNDIAL

A pós-graduação tem sua origem histórica na própria estrutura da universidade norte-americana, compreendendo o *college*⁴ como base comum de estudos e as diferentes escolas graduadas, que, geralmente, requerem o título de bacharel como requisito de admissão.

O Parecer Sucupira - MEC/CFE 977, de 03 de dezembro de 1965, trata da definição dos cursos de pós-graduação autorizando os estabelecimentos de ensino superior a ministrar cursos de graduação, pós-graduação, especialização, aperfeiçoamento e extensão, sendo que, com essa redação, passou a incluir a especialização como pós-graduação.

Destaca-se a importância da universidade americana, sendo o lugar de referência no qual se faz a pesquisa científica, com promoção da alta cultura, onde também acontecem os treinamentos de professores dos cursos universitários. O grande impulso americano e mundial na pós-graduação ocorreu com a fundação da Universidade Johns Hopkins, no ano de 1876, tendo como objetivo o desenvolvimento de estudos pós-graduados, inspirados na ideia da *creativity scholarship*⁵.

Conforme destacado por Sánchez-Gamboa (2018), a investigação na educação brasileira se consolidou a partir da década de 1970, com a criação dos cursos de pós-graduação seguindo um padrão nos moldes americanos, incluindo capacitação de professores e pesquisadores nos Estados Unidos por meio de convênios entre algumas universidades daquele país e o governo brasileiro. Essa opção de treinamento levou a uma progressiva dependência cultural imposta externamente e que, de certa forma, obedece aos interesses expansionistas que condicionaram a auto-

⁴ Nos Estados Unidos, o college é o que é chamado, no Brasil, de faculdade, ou seja, uma instituição educacional ou parte de uma universidade que oferta cursos de graduação.

⁵ Exemplo de universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, mas voltada para a elaboração de novos conhecimentos mediante a atividade de pesquisa.

nomia da universidade.

A PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA

A pós-graduação brasileira comemorou 56 anos de existência em 2021, tendo alguns históricos iniciais na década de 1930, na criação da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal para o Ensino Superior, atualmente Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), ambos da década de 1950. Além disso, as experiências de pós-graduação brasileiras foram efetivamente reconhecidas como um novo nível de ensino a partir do ano de 1965, com a emissão do Parecer 977/65 pelo Conselho Federal de Educação (CFE), que regulamenta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

O Parecer Sucupira, usado pela CAPES e CNE, vem sendo de grande valia para análises de programas de mestrado e doutorado.

O CFE, cujo relator é o professor Newton Sucupira⁶, tem como objetivo atender a solicitação ministerial, procurando definir a natureza e os objetivos dos cursos de pós-graduação, à luz da doutrina e do texto legal, apresentando suas características fundamentais na forma da exigência legal. Assim, os cursos de pós-graduação foram classificados em duas partes a saber:

1. *lato sensu* são cursos mais direcionados à atuação profissional e atualização dos graduados no nível superior: tecnólogos, licenciados ou bacharéis, com carga horária de, no máximo, 359 horas; referindo-se aos aperfeiçoamentos e aos cursos de especialização, com carga horária de, no mínimo, 360 horas;
2. *stricto sensu* compreende os cursos de níveis de mestrado e doutorado, acadêmicos ou profissionais, voltados à formação

⁶ Autor do Parecer nº 977, de 1965. O documento conceituou, formatou e institucionalizou a pós-graduação brasileira nos moldes dos dias de hoje.

científica e acadêmica e também ligados à pesquisa. Um dos principais propósitos da pós-graduação na universidade brasileira enfatizava o aprofundamento do saber adquirido no âmbito da graduação, além da oferta de ambiente e de recursos adequados para a livre investigação científica e “afirmação da gratuidade criadora das mais altas formas da cultura universitária”. (BRASIL, 1965, p. 3).

SÍNTESE DOS PLANOS NACIONAIS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) incorporam o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. Ele representa uma referência institucional indispensável à formação de recursos humanos altamente qualificados e ao fortalecimento do potencial científico-tecnológico nacional.

A responsabilidade pela elaboração do PNPG é da CAPES. Analisando os seis planos implantados, verifica-se que o tempo de gestão de cada um varia de acordo com os períodos. No início, o plano foi elaborado com gestão de 5 anos, passando, depois, para três anos e, atualmente, com o de gestão de 2010-2020, transformou-se em decenal.

O atual PNPG, abrangendo o período de 2011 a 2020, é o sexto plano de pós-graduação; homologado em 2010 pelo então Ministério da Educação, herdou dos planos anteriores bastante consistência, destacando mudanças na pós-graduação, com destaque para crescimento e solidez dos mestrados profissionais. Com a finalidade de acompanhar a trajetória da pós-graduação brasileira, segue uma explanação dos demais Planos Nacionais de Pós-Graduação.

O primeiro PNPG (1975-1979) partiu da constatação de que o processo de expansão da pós-graduação havia sido até então parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais. A partir daquele momento, a expansão deveria tornar-se objeto de plane-

jamento estatal, considerando a pós-graduação como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional. Deveria, então, estar integrada às políticas de desenvolvimento social e econômico.

A partir das demandas levantadas, as universidades, instituições de fomentos de pesquisa, e os profissionais começaram a enviar e executar os projetos de pesquisa, assessorando o sistema produtivo e o setor público, prestigiando, dessa forma, a pós-graduação (MEC, 1995). Com a finalidade de execução das metas propostas, objetivando o crescimento dos cursos e a adesão de alunos nas pesquisas, houve a concessão de bolsas para alunos de tempo integral, extensão do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), que era recente e realizado em pequena escala pelo MEC; admissão de docentes de forma regular e programada pelas instituições universitárias, em função da ampliação da pós-graduação; além da capacitação dos docentes das universidades e a integração da pós-graduação ao sistema universitário.

Neste contexto, verifica-se a importância de realizar a avaliação da pesquisa. A CAPES ficou encarregada dessa atribuição - a chamada avaliação por pares - iniciando essa modalidade no ano de 1978. Com a extinção do Conselho Nacional de Pós-Graduação, a CAPES ficou responsável pela elaboração do II Plano Nacional de Pós-Graduação, sendo reconhecida no MEC como Agência Executiva do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.

O I PNPGE bem estruturado deixou um legado de informações úteis para fins de elaboração dos planos subsequentes, tendo como principais premissas a elevação dos cursos atuais, treinamento de professores, melhorias nas concessões de bolsas de estudos, concursos para docentes e projetos de expansão de cursos abrangendo o território nacional (BRASIL, 2014).

No segundo PNPG (1982-1985), o principal objetivo foi a formação de pessoal qualificado para as atividades de pesquisa e docência, visando aos atendimentos dos setores público e particular. Observou-se, nas diretrizes curriculares, a implantação de mecanismos de avaliação, objetivando melhorias na qualidade do ensino, sendo necessário aperfeiçoamento das avaliações. Percebe-se que, nesse PNPG, o foco principal não foi só a capacitação de docentes, mas sim a preocupação com a qualidade do ensino, aferindo novas modalidades de avaliações no sentido de aprimoramento e qualidade da pós-graduação, além de apoio aos programas em andamento, no sentido da infraestrutura, assegurando certa estabilidade. O segundo PNPG (1982-1985) priorizou a questão da qualidade do ensino ministrado, com ênfase para a pós-graduação. Um dos destaques do plano foi a busca de melhorias dos processos de avaliação dos cursos, visto que o sistema era regido por instrumentos da década de 1970.

Já no terceiro PNPG (1986-1989), considerado o primeiro plano da pós-graduação da Nova República⁷, expressava-se a conquista da autonomia nacional, sendo que essa ideia já estava presente no plano anterior e circulou ativamente na discussão e aprovação da reserva de mercado para a informática e no período da Constituinte, quando se tentou formular uma definição de empresa nacional.

Neste período, a pós-graduação visava à formação de recursos humanos para o desenvolvimento da pesquisa pela universidade - uma forma de integrar os estudos da pós-graduação à ciência e tecnologia e à necessidade de propor soluções aos problemas tecnológicos, econômicos e sociais. Dessa forma, houve ações no sentido de institucionalização da

⁷ No que se refere à pós-graduação, existia a preocupação de não haver um quantitativo de cientistas suficiente para atender às áreas tecnológicas do País, pensando no desenvolvimento do Brasil no século XXI.

pesquisa, como melhorias nos orçamentos das universidades, recursos financeiros específicos destinados à pesquisa e à pós-graduação; reestruturação da carreira docente, com a finalidade de valorização da produção científica, incluindo também recursos financeiros para melhor equitação dos laboratórios de pesquisas; além da preocupação com os desequilíbrios regionais e com a flexibilização do modelo de pós-graduação.

O terceiro PNPG (1986-1989) ocorreu na gestão governamental do presidente José Sarney, caracterizado pela chegada da Nova República e também pela promulgação da nova Constituição Brasileira, no ano de 1988. Nesse período ressalta-se a implantação de plano econômico e taxa alta de inflação, ocasionando falta de investimentos na educação em geral.

No tocante ao quarto PNPG (que deveria compreender o período de 1990 a 2004), este não foi elaborado pela CAPES devido à questão orçamentária e financeira. Suas principais ações foram incorporadas pela CAPES e colocadas em prática. Nesse contexto, há a expedição da Portaria nº 80/1998, que versa sobre o mestrado profissional. Já em 2001, portanto, 36 anos após o Parecer Sucupira 977/65, é aceita a classificação acadêmica e profissional do mestrado.

Nos anos de 1994 a 2002, as políticas de ajuste neoliberal atingiram seu auge nos dois períodos do governo Fernando Henrique Cardoso. Neste momento, foram implantadas a reforma universitária e mudanças radicais na educação superior e no modelo da pós-graduação brasileira. Entre elas duas estratégias podem ser consideradas cruciais: por um lado, a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº. 9394/96; por outro, o uso de dispositivos legais, como decretos-leis, medidas provisórias, portarias ministeriais e propostas de emendas constitucionais (EVANGELISTA; MORAES, 2002).

Analisando o V Plano Nacional, abrangendo o período de 2005

a 2010, tinha como objetivo o crescimento uniforme do ensino da pós-graduação no País, com o propósito de atender às demandas levantadas, preocupando-se, também, com a qualidade. Entretanto, percebe-se no desenvolver do plano que não houve uma distribuição financeira uniforme entre as instituições financeiras, pois algumas receberam mais recursos em relação a outras, com dificuldade de se manter o atendimento da clientela.

Com o propósito de tentar uniformizar a questão financeira das universidades e da CAPES, algumas ações foram colocadas em prática, como parcerias com o setor empresarial, melhor articulação com os governos estaduais via agências de fomentos, definição de novas tipologias regionais para a pós-graduação e políticas de cooperação internacional, considerando o avanço no sistema.

O Brasil entrou no século XXI como uma nova potência emergente, com a perspectiva de se tornar a quinta economia do Planeta no decênio 2011-2020. Trata-se de um fato extraordinário, revelando que o País vem passando e deverá passar mais ainda por mudanças profundas em segmentos importantes da economia, com reflexos na geopolítica mundial e impactos em diferentes setores da sociedade, inclusive no sistema educacional, incluído nesse contexto o ensino da pós-graduação.

Um dos exemplos dessas mudanças é o ocorrido no setor agrário, impulsionado pelas novas tecnologias no Brasil e no exterior. Por meio de gestões competitivas das empresas e dos negócios, a agricultura brasileira atingiu índices de produtividade extraordinários nas duas últimas décadas. Nesse contexto, foi organizado o sexto PNPG (2011-2020), levando em consideração a necessidade de se promover a sinergia dos segmentos, visando favorecer a integração do ensino de pós-graduação com o setor empresarial e a sociedade. O PNPG 2011-2020 tem como objetivo o for-

talecimento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, mas não em todas as áreas, sendo o mestrado profissional focado no atendimento ao mercado de trabalho.

MESTRADO PROFISSIONAL NO BRASIL

A realidade brasileira exige dos gestores responsáveis pelos diversos estágios da formação universitária atitudes e procedimentos que atendam aos pleitos e às necessidades sociais. No que concerne à pós-graduação, é de toda conveniência repensar o sistema tradicional que tem dado, historicamente, excelentes produtos, mas que também necessita de adequação às exigências da atualidade (MEC, 2001).

As mudanças tecnológicas ocorridas nas últimas décadas e as correntes de transformações econômico-sociais têm demandado profissionais com perfis de especialização distintos dos tradicionais. Observa-se o surgimento de programas de mestrado com características diferentes das existentes no sistema de pós-graduação do País, as quais se manifestam nos processos seletivos, na orientação dos currículos, na composição dos corpos docente e discente, nas formas de financiamento, nos arranjos institucionais e também na absorção dos egressos pelo mercado de trabalho.

Há mais de cinquenta anos o Parecer nº 977/65, do Conselho Federal de Educação, definiu e fixou as características dos cursos de mestrado e doutorado no Brasil. Ao se discutir o papel atual e futuro do mestrado no sistema de pós-graduação nacional é oportuno reler aquele texto.

O mestrado foi caracterizado como uma etapa preliminar na obtenção do grau de doutor, ou como grau terminal, devendo a dissertação de mestrado revelar domínio do tema escolhido e capacidade de sistematização. O caráter de terminalidade foi considerado relevante para aqueles que, desejando aprofundar a formação científica ou profissional recebida

nos cursos de graduação, não almejam ou não podem se dedicar à carreira científica, restrita aos cursos de pós-graduação.

Neste contexto, destaca-se o mestrado profissional, como ponto de aproximação entre a pesquisa acadêmica, a prática e o rigor teórico-metodológico, uma vez que todos exigem planejamento, controle e sistematização do conhecimento. Os mestrados profissionais possuem uma trajetória bastante curta e sua implantação vem sendo marcada por muitas controvérsias, impasses, resistências e desconfianças. O primeiro curso da área foi aprovado em 2009, com início em 2010, sendo que, apesar de já se ter abertura para a implantação há 56 anos, somente em 2009 aconteceu o primeiro curso (BRASIL, 2018).

Cabe destacar que pontos favoráveis para legitimar os mestrados profissionais seriam as próprias demandas sociais da população e que, dessa forma, os princípios ontológicos e epistemológicos seriam importantes como justificativas de suas implantações no ensino do mestrado profissional.

Mas por que tantas dúvidas, tantas objeções em relação aos mestrados profissionais? O argumento usado por aqueles que se opunham à criação dos mestrados profissionais era de que eles ameaçavam o futuro da pós-graduação *stricto sensu*, que se destinava à formação do pesquisador. Severino (2006, p. 11) considera a proposta dos mestrados profissionais pela CAPES um grande equívoco da política nacional de pós-graduação pois, em suas palavras, poderia trazer pesadas consequências para o futuro desse nível de ensino. Além disso, argumenta que, apesar dos cuidados da CAPES no estabelecimento de critérios para recomendação, acompanhamento e avaliação desses cursos, não haveria como evitar seu impacto negativo na característica básica da pós-graduação *stricto sensu*, qual seja a pesquisa.

Considerando-se que a expansão dos mestrados profissionais possa apresentar uma alternativa de formação *stricto sensu*, Santos, Hortale e Arouca (2012) entendem que eles têm potencial para integrar o rigor da pesquisa, a aplicabilidade dos resultados e a transformação da realidade social. No entanto, os recentes debates apontam uma série de ambiguidades relacionadas à gênese no País. Os mencionados autores apontam uma das dificuldades resultantes do fato de que os programas de mestrado profissional não contam ainda com o reconhecimento e a legitimidade atribuídos aos cursos de mestrado acadêmico. Piquet (2008) revela a possível rejeição precipitada da comunidade acadêmica que, sem conhecer as especificidades dos cursos de mestrado profissional, os considera como um atributo de classificação de segunda linha em comparação com os tradicionais e consagrados títulos acadêmicos.

Negret (2008), por meio de sua pesquisa, evidencia a falta de estudos com os egressos, no sentido de aperfeiçoar os programas com a realidade profissional, propiciando melhorias ao produto final da formação. Interpretava-se que o grande medo dos pesquisadores era comprometer o que se havia conquistado a duras penas nos últimos anos com a pós-graduação *stricto sensu*, ou seja, a formação sistemática de pesquisadores, a geração de novos conhecimentos em atendimento às demandas da ciência e da cultura no Brasil. Muitas discussões e embates ocorreram no âmbito da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd, 2021)⁸ que levaram os pesquisadores a assumirem uma posição de resistência frente à possibilidade de criação dos mestrados profissionais, com receios similares àqueles expressos por Severino (2006) de perder o espaço da pesquisa e o nível de qualidade conquistado pela pós-graduação brasileira.

⁸ Entidade sem fins lucrativos que congrega programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação, professores e estudantes vinculados a estes programas e demais pesquisadores da área; tem por finalidade o desenvolvimento da ciência, da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social (ANPEd, 2021).

Essa visão foi aos poucos se modificando e, embora hoje, em 2021, ainda haja alguns redutos de resistência, às críticas diminuíram muito, sendo possível perceber que, gradativamente, os mestrados profissionais ganham maior confiança e credibilidade. Isso se deve, principalmente, à forma aguerrida com que os cursos de mestrado profissional vêm se articulando, dando origem, dentre outras ações, aos Fóruns de Mestrados Profissionais. Os posicionamentos que vêm sendo assumidos pelos participantes dos Fóruns, sob a forma de relatórios técnicos, artigos publicados em revistas da área, encaminhamentos à coordenação de área da CAPES, têm contribuído para que os preconceitos e as resistências, ainda presentes em alguns grupos da comunidade acadêmica, diminuam ou, em alguns alguns casos, desaparecem (CAPES, 2019).

A série histórica da evolução da pós-graduação no Brasil, realizada pela CAPES, mostra a evidente expansão do mestrado profissional no país. No período entre 1998 e 2012, o número de cursos aprovados cresceu consideravelmente, passando de 25 a 572, sendo que a maioria concentra-se nas áreas: Interdisciplinar (78 cursos); Ensino (63 cursos); Administração, Ciências Contábeis e Turismo (57 cursos). A grande área das Ciências da Saúde possui 104 cursos. Quanto à região do País, a maior parte dos cursos concentra-se no Sudeste, com cerca de 290 (CAPES, 2019).

Destaca-se que o mestrado profissional é destinado à qualificação, em termos de conhecimentos em aspectos tecnológicos, diferentemente do mestrado acadêmico, que prepara o profissional para fins de atuação nas áreas de pesquisa e no magistério. É importante ressaltar que, a partir de 2002, a CAPES elaborou critérios especiais de avaliação para os cursos de mestrado profissional, com foco na experiência profissional, na estrutura curricular e na inserção do curso na sociedade na qual está estabelecido (CAPES, 2002).

REFLEXÕES SOBRE AS IDEIAS POSITIVISTAS E O SEU LEGADO SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Nos debates metodológico e epistemológico, das chamadas ciências sociais modernas, a busca pelo conhecimento nas universidades está vinculada às diferentes abordagens teóricas, as quais definiram o que se produz atualmente. Neste contexto, o positivismo, com inegável contribuição no desenvolvimento das ciências exatas e naturais, apresenta-se incompatível como suporte teórico para a abordagem das complexas relações pertinentes aos fenômenos sociais e culturais (LÖWY, 1998).

Nos séculos XIX e XX, o positivismo exerceu influência considerável na sociedade, tendo como propósito - inicialmente por Comte (1978) e, posteriormente, por seus seguidores - promover uma mudança intelectual da sociedade em seu jeito de pensar, sendo a filosofia positiva a única capaz de responder às exigências que o saber científico impunha à sociedade. Quando Comte retrata o conhecimento científico em suas obras, estava trazendo para a sociedade um jeito diferente de pensar e buscar as transformações sociais, sendo que, em defesa da orientação epistemológica, sustentava que as ideias colhidas positivistas mudariam a organização racional da sociedade.

Durkheim (1978) considera a educação o ponto principal para toda a organização, sendo agente responsável pela transmissão de conhecimentos entre as gerações, visando manter a ordem, o progresso e a harmonia entre os povos, destacando o papel importante do professor nesse contexto de multiplicador dos conhecimentos.

Identifica-se a presença do positivismo nas escolas brasileiras, com o currículo em forma multidisciplinar, correspondendo à estrutura tradicional de currículo que se encontra fragmentado em várias disciplinas. Entretanto, essa forma de relacionamento das disciplinas impede a

relação entre os conhecimentos e, assim, em muitos casos, pouco eficaz em termos de resultados produtivos na educação.

Neste contexto, Fazenda (2012) define interdisciplinaridade como um movimento que se iniciou na década de 1970 (construção epistemológica), continuando na de 1980 (explicitação das contradições da construção epistemológica), assim como na década de 1990, como uma tentativa de construção de uma epistemologia específica da interdisciplinaridade.

No território brasileiro, o positivismo esteve presente de forma mais marcante no ideário das escolas e com a introdução da escola técnica, que surge com a crescente industrialização que ocorre a partir do século XVIII, originária nos modelos de produção do fordismo, taylorismo e toyotismo, que visavam a um controle social e a uma racionalização de tarefas.

FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS E EPISTEMOLÓGICOS NO MESTRADO PROFISSIONAL

Inicialmente, são necessárias a conceituação e a diferenciação entre fundamentos ontológicos e epistemológicos. Para a Filosofia, ontologia possui sua origem na metafísica que, segundo Aristóteles (384-322 A.C.), é a filosofia que trata do estudo do ser enquanto ser, sendo formada por “*onto*”, que tem o significado de “o Ser”, e “*logia*”, “que se refere a estudo ou conhecimento”, ou seja, teoria do ser. Já a epistemologia pode ser interpretada como o estudo do saber científico, do conhecimento científico.

Em termos ontológicos, o Mestrado Profissional, considerando a sua natureza de criação voltada à capacitação de profissionais nas diversas áreas do conhecimento mediante o estudo de técnicas, processos e temáticas, atende a várias demandas do mercado de trabalho. Por ser classificado como uma pós-graduação *stricto sensu*, cuja natureza visa à produção

do conhecimento oriundo da efetivação das pesquisas, faz-se necessário o seu crescimento objetivando o desafio ora implantado em sua criação, contribuindo para a formação profissional. Os aspectos epistemológicos, tradicionalmente, se ocupam da definição e possibilidade da busca pelo conhecimento. Em pleno século XIX, Auguste Comte (1798-1895) retratou a importância do conhecimento científico, pois não estava apenas defendendo uma orientação epistemológica, na verdade, apresentava-se uma maneira de pensar e de realizar as transformações sociais. Assim, o Mestrado Profissional tem a sua identidade no fato de levantar, estudar, interpretar e apontar caminhos, visando, dessa forma, à formação profissional.

METODOLOGIA

De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a metodologia consiste em compreender os vários caminhos disponíveis para a realização de uma pesquisa acadêmica. A metodologia examina, descreve e analisa métodos e técnicas de pesquisa, possibilitando a coleta e o processamento de informações, visando ao encaminhamento e à resolução dos problemas de investigação. Neste artigo, com o objetivo de apresentar a evolução histórica da Pós-Graduação no Brasil e visualizar como os planos relativos a ela impactaram a implantação e o desenvolvimento do Mestrado Profissional, optou-se por fazer uma revisão de literatura.

Segundo Vosgerau e Romanowsk (2014, p. 167), “[...] os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área.”. Ainda citando os autores, observa-se que o artigo realizou um levantamento bibliográfico com a finalidade de contextualizar a questão presente em seu objetivo.

Para operacionalizar este levantamento bibliográfico, utilizou-se

o acervo do Ministério da Educação/CAPES para se ter acesso aos seis Planos Nacionais de Pós-Graduação e, ainda, a artigos do Portal CAPES, com os descritores “Plano Nacional de Pós-Graduação”; “mestrado profissional”; e “positivismo na educação”. Utilizaram-se os artigos que tinham mestrado profissional em seu título.

Para a análise dos dados, buscou-se reconhecer nos planos como eles abordam o mestrado profissional e qual a teoria que os embasa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos e as análises sobre os diversos planos que alicerçam a pós-graduação brasileira nos seus cinquenta e seis anos de funcionamento mostram as contradições, influências internacionais e disputas de origens internas, sendo que, na primeira década, houve uma espécie de expansão, conquistando espaços internos das sociedades científicas, do quadro docente universitário e da Associação de Pós-Graduação, considerando que o País estava sob a égide do regime militar. Posteriormente, ocorreu a mudança de regime político, com a implantação da democracia, com períodos de redução de investimentos na educação, prejudicando uma maior consolidação das pesquisas.

Observa-se que, paralelamente aos demais planos implantados para a programação da pós-graduação, nota-se um crescimento dinâmico dos cursos e de melhorias nos processos de avaliação reconhecidos internacionalmente, abrangendo todas as áreas de conhecimento.

Aliada a esse aumento do montante de cursos, há a geração do conhecimento científico, pois a pesquisa, de fato, expande-se com a valorização da pós-graduação. Jan Amos Comenius (1592-1670), pedagogo e fundador da didática moderna, considerado o pai da dialética moderna, compreendia as dores da miséria e da perda, tentando a todo

custo mudar o mundo pelo jeito correto, transformando para melhor a vida das gerações futuras. Além disso, pregava a sabedoria para todas as classes sociais e gêneros e defendia que a prática escolar deveria imitar os processos da natureza.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho de Ensino Superior. **Parecer nº 977/65, aprovado em 03 de dezembro de 1965.**

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **I Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1975-1979.** Brasília: CAPES, 1975.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **II Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1982-1985.** Brasília: CAPES, 1982.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **III Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 1986-1989.** Brasília: CAPES, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas para a pós-graduação.** Brasília: MEC, 1995.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). **Lei n. 9394/96, 20 de dezembro de 1996.** Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **A necessidade de desenvolvimento da pós- graduação profissionalizante e o ajustamento do Sistema de Avaliação às características desse segmento.** Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. Brasília: CAPES/CPDOC/FGV, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2010-2020**. Brasília: CAPES, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) 2011-2020**. Brasília: CAPES, 2011.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Informações sobre os Mestrados Profissionais**. Brasília: CAPES, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Série histórica**. Brasília: CAPES, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior**. Brasília: CAPES, 2019. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: 15 jun. 2021.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Proposta de Aprimoramento da Avaliação da Pós-Graduação Brasileira para o quadriênio 2021-2024**. 2019. Modelo Multidimensional. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/25052020-relatorio-final-2019-comissao-pnpg-pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

COMTE, A. Curso de filosofia positiva. Discurso sobre o espírito posi-

tivo; Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo. *In*: COMTE, A. **Catecismo positivista**. Seleção de textos José Arthur Giannotti. Trad. José Arthur Giannotti; Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 2002.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. La universidad desgarrada. **Interciclos**, Buenos Aires, v. 2, n° 4. p. 34-41, fev. 2002.

FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 2012.

GIL, A. C. **Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, E.; MARCONI, M. A. **Fundamento de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

LÖWY, M. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. Marxismo e Positivismo na Sociologia do conhecimento. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

NEGRET, F. A identidade e a importância dos mestrados profissionais no Brasil e algumas considerações para a sua avaliação. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 5, n. 10, p. 217- 225, 2008.

PIQUET, R. Mestrado profissionalizante: relato de uma experiência. **Regiões e Cidades**, Campos dos Goytacazes, v. 1, n. 1, p. 2-9, abril, 2008.

Política de pós-graduação e pesquisa em educação. Org. **Nilton Bueno**

Fischer. Porto Alegre: ANPED, 2021.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANCHÉZ-GAMBOA, S. Á. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias.** 3. ed. Chapecó: Argos, 2018.

SANTOS, G. B.; HORTALE, V. A.; AROUCA, R. **Mestrado profissional em saúde pública: caminhos e identidades.** Rio de Janeiro: Fio-cruz, 2012.

SEVERINO, A. J. O Mestrado Profissional: mais um equívoco na política nacional de pós-graduação. **Revista de Educação**, Campinas, n. 21, p. 9-16, nov. 2006.

SILVA, R. H. R.; GAMBOA, S.S. Do esquema paradigmático à matriz epistemológica: sistematizando novos níveis de análise. **Educ. Temat. Digit.**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 48-66, jan./abr. 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 2006. v.2.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, jul. 2014.